



**BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	CONTAS	NOTAS	DATAS	
			2017	2016
<b>ACTIVO</b>				
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTE</b>				
Activos fixos tangíveis			2.452.794,65 €	2.597.011,78 €
Activos fixos tangíveis - edificios	43	8	2.357.740,01 €	2.488.830,06 €
Activos fixos tangíveis - outros	43	8	95.054,64 €	108.181,72 €
Activos intangíveis	44		0,00 €	0,00 €
Investimentos em curso	45	7	3.746,40 €	0,00 €
Investimentos financeiros	41	6;14;16	253.000,00 €	253.000,00 €
Outros créditos e ativos não correntes	41		1.581,97 €	531,08 €
			<b>2.711.123,02 €</b>	<b>2.850.542,86 €</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
Inventários	32;36	19	228,46 €	973,67 €
Creditos a receber	21	28	69.823,28 €	59.437,84 €
Estado e outros entes públicos	24	26	5.402,28 €	6.263,38 €
Caixa e depósitos bancários		4	802.415,88 €	813.598,68 €
Caixa	11		3.010,20 €	2.230,22 €
Depósitos à ordem	12		299.405,68 €	311.368,46 €
Outros depósitos bancários	13		500.000,00 €	500.000,00 €
			<b>877.869,90 €</b>	<b>880.273,57 €</b>
			<b>3.588.992,92 €</b>	<b>3.730.816,43 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
Fundos	51	28	19.114,96 €	19.114,96 €
Reservas	55		109.092,32 €	109.092,32 €
Resultados transitados	56		1.605.079,09 €	1.160.943,18 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	59		864.578,40 €	1.017.151,05 €
Resultado líquido do período			150.557,29 €	444.285,63 €
			<b>2.748.422,06 €</b>	<b>2.750.587,14 €</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo não corrente				
Financiamento obtidos - médio e longo prazo	25	10;11;28	419.276,13 €	611.677,09 €
			<b>419.276,13 €</b>	<b>611.677,09 €</b>
Passivo corrente				
Fornecedores	22	28	41.145,72 €	28.686,05 €
Estado e outros entes públicos	24	26	10.345,10 €	10.542,43 €
Financiamento obtidos - de curto prazo	25		184.938,36 €	177.475,76 €
Outros passivos correntes		28	184.865,55 €	151.847,96 €
Pessoal	23		13.990,21 €	1.005,85 €
Clientes - saldos credores	21		46.474,07 €	41.825,56 €
Remunerações a liquidar	2722		79.761,34 €	64.564,56 €
Outros devedores e credores - saldos credores	278		44.639,93 €	44.451,99 €
			<b>840.570,86 €</b>	<b>980.229,29 €</b>
			<b>3.588.992,92 €</b>	<b>3.730.816,43 €</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

Luís Antunes Martins  
Membro da OCC - Cédula Profissional nº 781



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA : EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	CONTAS	NOTAS	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas:		21	200.681,05 €	206.151,00 €
Mercadorias	71		4.800,85 €	4.292,10 €
Serviços prestados (Utentes)	72		195.880,20 €	201.858,90 €
Subsídios, doações e legados à exploração	78	23	4.256,24 €	491.420,00 €
Subsídios à exploração	75	23	696.636,92 €	643.494,86 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc- e empreendimentos conjuntos			0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção	73	19	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61	19	(65.653,53) €	(66.862,54) €
Fornecimento e serviços externos	62	10	(166.117,89) €	(181.616,75) €
Gastos com o pessoal	63	29;6	(470.875,89) €	(440.600,36) €
Outros rendimentos	78	21	152.732,07 €	2.888,81 €
Outros gastos	68; 69 parte		(2.880,69) €	(9.159,30) €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			348.778,28 €	645.715,72 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	64	7; 8	(175.902,90) €	(171.442,10) €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			172.875,38 €	474.273,62 €
Juros e rendimentos similares obtidos	79		1.016,67 €	2.541,67 €
Juros e gastos similares suportados	6918-6988	11	(23.334,76) €	(32.529,66) €
Resultado antes de impostos			150.557,29 €	444.285,63 €
Impostos sobre o rendimento do período	81	26	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período			150.557,29 €	444.285,63 €
<b>EBITDA</b>			<b>349.794,95 €</b>	<b>648.257,39 €</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

Luis Antunes Martins  
Membro da OCC - Cédula Profissional n° 781

RUBRICAS	NOTAS	PERIODO	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		206.395,55	207.223,18
Pagamentos a fornecedores		203.340,79	253.668,39
Pagamentos ao pessoal	12	458.088,86	470.336,73
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(455.034,10)</b>	<b>(516.781,94)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(511,70)	(1.588,54)
Outros recebimentos/pagamentos		548.911,30	1.147.199,04
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>94.388,90</b>	<b>632.005,64</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	102.758,66	512.261,61
<i>Investimentos financeiros</i>		1.050,89	472,28
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		1.016,67	2.541,67
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(102.792,88)</b>	<b>(510.192,22)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	184.938,36	177.475,76
<i>Juros e gastos similares</i>	6	23.357,78	32.647,03
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(208.296,14)</b>	<b>(210.122,79)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(216.700,12)	(88.309,37)
Caixa e seus equivalentes no início do período		813.598,68	901.908,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		802.415,88	813.598,68

Administração / Gerência



Técnico Oficial de Contas N° 781





*J.*  
*ARV.*

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Montantes em Euros)

O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) no qual se previu a publicação em Portaria dos modelos de demonstrações financeiras. Em face do exposto, as notas que a seguir se transcrevem seguem a numeração sequencial prevista no ANEXO (modelo geral), constante da Portaria n.º 986/2009 de 7 de setembro. Mais se ressalva que os números não incluídos não são aplicáveis à Empresa ou, a sua inclusão não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

A "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ PAZ E BEM – OBRA SOCIAL PADRE JOSÉ MIGUEL" doravante denominada de **ASSOCIAÇÃO PAZ E BEM**, é uma pessoa colectiva religiosa, Instituição Particular de Solidariedade Social, melhor identificada com o número de pessoa colectiva 502 671 840, com sede no concelho de Sabugal, freguesia de Soito, na Rua da Vinha n.º 1, 6320-651 Soito.

A Associação foi constituída em 1991, tendo por objecto a promoção do desenvolvimento social e cultural das populações, com vista à afirmação dos princípios da solidariedade e da justiça, criação de estruturas e equipamentos que permitam a plena inserção social de cidadãos, especialmente dos desfavorecidos, dos deficientes, dos idosos e doentes, acamados ou não.

### 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E TRANSIÇÃO SNC:

2.1. As demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO PAZ E BEM** foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

2.2. As demonstrações financeiras que incluem o balanço, demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.3. Em 31 de Dezembro de 2017, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o SNC, bem como o período de 2016, apresentado para efeitos comparativos.

### 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras enquadram-se no previsto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), que entraram em vigor a partir de 1/1/2010.

#### 3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre o valor dos activos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros (moeda funcional).



J.  
ARR.

### 3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa são as seguintes:

- **ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS E RÉDITO:**

A Associação adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

As prestações de serviços são reconhecidas de acordo com a NCRF 19.

- **ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

Os activos fixos tangíveis utilizados pela Associação para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente registados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade quando aplicável. Note-se que no exercício em questão não houve lugar a perdas por imparidade acumuladas.

Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado de uso).

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação.

Os gastos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gasto do exercício à medida que são incorridos. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período estimado de utilização dos respectivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, ou seja, sobre o valor de custo dos activos fixos tangíveis, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal.

	Anos de vida útil		
Terrenos			
Edifícios	12	a	20
Equipamento básico	1	a	10
Equipamento de transporte		a	4
Equipamento administrativo	1	a	8

- **INVESTIMENTOS FINANCEIROS:**

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição não tendo sido efectuado qualquer ajustamento.

- **INSTRUMENTOS FINANCEIROS:**

**DÍVIDAS DE TERCEIROS** – As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido (calculadas em função dos prazos dos saldos de clientes em situação de mora, clientes em situação de contencioso e clientes com processos de recuperação judicial ou falências - artigo 36.º CIRC). Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

**DÍVIDAS A TERCEIROS** - As dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, também não sendo descontados por não se considerar material o efeito da actualização financeira.

**EMPRÉSTIMOS** – Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros são registados de acordo com o juro debitado pelas instituições financeiras e contabilizados na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização, não sendo capitalizados.



J.  
ARR.

**CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS** – os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

• **INVENTÁRIOS:**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, bem como, as mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os encargos associados com a aquisição. Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção.

• **LOCAÇÕES:**

Os activos fixos tangíveis adquiridos através de contratos de locação financeira-leasing, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se reflectidas no balanço. São contabilizados como gastos do exercício as amortizações dos itens do activo, os encargos financeiros incluídos nas rendas e o IVA não dedutível.

• **IMPOSTOS:**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da ASSOCIAÇÃO PAZ E BEM estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária dentro dos quatro anos subsequentes, contados a partir do exercício a que respeitam. Consequentemente, as declarações fiscais dos exercícios de 2014 a 2017 poderão ainda ser sujeitas a revisão, e daí resultarem correcções aos impostos correntes e diferidos que poderão afectar os resultados e/ou capitais próprios da Associação.

Adicionalmente, o reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura, o que não se consegue prever a 100%.

Para além disto, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

**4 – FLUXOS DE CAIXA:**

**DESAGREGAÇÃO CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS:**

	2.017	2.016
Caixa	€ 3.010	€ 2.230
Depósitos à ordem	€ 299.406	€ 311.368
Outros depósitos bancários	€ 500.000	€ 500.000
Total	€ 802.416	€ 813.599

**8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

O movimento nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

Activo Bruto	Situação inicial			Situação final (31-12-2017)		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos	€ 228.115		€ 228.115	€ 228.115	€ 0	€ 228.115
Edifícios	€ 2.841.309	€ 580.594	€ 2.260.715	€ 2.853.619	€ 723.994	€ 2.129.625
Equipamento básico	€ 259.385	€ 212.637	€ 46.748	€ 272.529	€ 223.124	€ 49.405
Equipamento de transporte	€ 110.277	€ 90.245	€ 20.032	€ 110.277	€ 100.261	€ 10.016
Equipamento administrativo	€ 100.229	€ 58.827	€ 41.402	€ 106.461	€ 70.828	€ 35.634
	€ 3.539.315	€ 942.304	€ 2.597.012	€ 3.571.001	€ 1.118.207	€ 2.452.795



*J.*  
*ALP*

<u>Activo Bruto</u>	Quantia Escriturada inicial	Adições	Alienações	Amortização do Exercício	Transferencias	Abates	Quantia Escriturada final
Terrenos	€ 228.115			€ 0			€ 228.115
Edifícios	€ 2.260.715	€ 12.310	€ 0	€ 143.400			€ 2.129.625
Equipamento básico	€ 46.748	€ 13.144	€ 0	€ 10.487			€ 49.405
Equipamento de transporte	€ 20.032			€ 10.016			€ 10.016
Equipamento administrativo	€ 41.402	€ 6.233	€ 0	€ 12.000			€ 35.634
	<u>€ 2.597.012</u>	<u>€ 31.686</u>	<u>€ 0</u>	<u>€ 175.903</u>	<u>€ 0</u>	<u>€ 0</u>	<u>€ 2.452.795</u>

#### 14 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS:

A ASSOCIAÇÃO PAZ E BEM está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas sendo os investimentos em subsidiárias registados pelo método da equivalência patrimonial.

Por escritura pública de 25 de julho de 2014, lavrada no Cartório Notarial do Dr. Luis Alvim Pinheiro Belchior, a Associação Paz e Bem, adquiriu a sociedade designada por Paz E Bem, Unipessoal, Lda, na qual participa em cem por cento do seu capital social.

Entretanto, este investimento financeiro se reportado a 31 de dezembro de 2017, seria o seguinte:

Nome da empresa	Pais	Participação	Custo de aquisição	Resultado líquido em 31-12-2017	Capitais próprios a 31-12-2017	Valorização método equi. patrimonial 31-12-2017
Paz E Bem, Unipessoal, Lda	Portugal	100%	253.000	(19.826)	220.745	220.745
			<u>253.000</u>	<u>(19.826)</u>	<u>220.745</u>	<u>220.745</u>

Ver detalhe no 31 – outras informações.

#### 19 – INVENTÁRIOS:

Quantia escriturada de inventários:

Designação	Valores a 31-12-2017	Valores a 31-12-2016
Mercadorias	€ 0	€ 0
Matérias primas subsidiárias e de consumo	€ 228	€ 974
Produtos e trabalhos em curso	€ 0	€ 0
	<u>€ 228</u>	974
Perdas de imparidade acumuladas em existências	€ 0	€ 0
	<u>€ 228</u>	<u>€ 974</u>



O Custo das existências vendidas e consumidas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016 foi apurado como se segue:

Designação	Valores a 31-12-2017	Valores a 31-12-2016
<b>Existências iniciais</b>		
Mercadorias	148	928
Matérias primas subsidiárias e de consumo	825	58
<b>Compras</b>		
Mercadorias	0	0
Matérias primas subsidiárias e de consumo	64.908	66.850
<b>Existência finais</b>		
Maercadorias	0	0
Matérias primas subsidiárias e de consumo	228	974
	<u>€ 65.653</u>	<u>€ 66.862</u>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016 foi apurada como se segue:

Designação	Valores a 31-12-2017	Valores a 31-12-2016
Existências finais de produtos acabados e intermédios	€ 0	€ 0
Existências iniciais de produtos acabados e intermédios	€ 0	€ 0
	<u>€ 0</u>	<u>€ 0</u>
	<u>€ 0</u>	<u>€ 0</u>

## 21 – RÉDITO:

A repartição do valor líquido das vendas e serviços prestados foi a seguinte em 2017:

Designação	Mercadorias	Serviços utentes	Subsídios	TOTAIS
Mercado interno	€ 4.801	€ 195.880	€ 696.637	897.318
Total	<u>€ 4.801</u>	<u>€ 195.880</u>	<u>€ 696.637</u>	<u>€ 897.318</u>



## 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

### CATEGORIAS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS:

<b>Activo não corrente</b>		<b>Montante</b>
Activos fixos tangíveis - imóveis		€ 2.357.740
Activos fixos tangíveis - outros		€ 95.055
Investimentos em curso		€ 3.746
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		€ 253.000
Outros ativos financeiros		€ 1.582
		<b>€ 2.711.123</b>

  

<b>Activo corrente</b>		<b>Montante</b>
Inventários		€ 228
Clientes		€ 19.794
Estado e outros entes públicos		€ 5.402
Outras contas a receber		€ 45.029
Caixa e depósitos bancários		€ 802.416
		<b>€ 872.870</b>

### CATEGORIAS DE PASSIVOS FINANCEIROS SIGNIFICATIVOS:

<b>Passivo não corrente</b>		<b>Montante</b>
Financiamento obtidos - médio e longo prazo		€ 419.276
		<b>€ 419.276</b>

  

<b>Passivo corrente</b>		<b>Montante</b>
Fornecedores		€ 41.146
Estado e outros entes públicos		€ 10.345
Financiamento obtidos - de curto prazo		€ 184.938
Outras contas a pagar		€ 457.276
		<b>€ 693.705</b>

### COMPROMISSOS DE EMPRÉSTIMOS MENSURADOS AO CUSTO:

O total do gasto relacionado com juros para passivos financeiros, foi o seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Montante inicial</b>	<b>Saldo em 31-12-2017</b>	<b>Curto prazo</b>	<b>Médio longo prazo</b>
Empréstimos bancários	€ 789.153	€ 604.214	€ 184.938	€ 419.276
	<b>€ 789.153</b>	<b>€ 604.214</b>	<b>€ 184.938</b>	<b>€ 419.276</b>

Juros de financiamentos que ascendem ao montante de € 23.334,76, tendo a empresa obtido um rendimento de € 1.016,67, e correspondente a juros e rendimentos obtidos resultante dos meios financeiros aplicados.



J.  
A.P.

Relativamente as taxa de juros aplicadas pelas entidades financiadoras da empresa, foram as que normalmente se aplicam a investimentos caracterizados com a nossa actividade, sendo que os spread aplicados para os respectivos financiamentos bancários são de considerar excelentes, tendo em conta as taxas que por norma são aplicadas e correntes no mercado.

### 29 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

A empresa tinha, a 31-12-2016, 37 colaboradores, tendo a 31-12-2017, 38 colaboradores.  
A empresa não tem nenhum plano em vigor para benefícios pós emprego.  
A empresa liquida as indemnizações necessárias tendo por base a legislação em vigor

### 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

#### OUTRAS CONTAS A RECEBER ACTIVAS CRÉDITOS A RECEBER:

O saldo escriturado no balanço no valor de € 64.823,28 diz respeito a:

Designação	Valor
Cientes	€ 19.794
Outros devedores e credores	€ 45.029
	<u>€ 64.823</u>

#### OUTRAS CONTAS A PAGAR PASSIVAS OUTROS PASSIVOS CORRENTES:

O saldo escriturado no balanço no valor de € 457.276,05 diz respeito a:

Designação	Valor
Pessoal	€ 13.990
Cientes	€ 46.474
Remunerações a liquidar	€ 79.761
Outros devedores e credores	€ 317.050
	<u>€ 457.276</u>



### NOTA EXPLICATIVA DO OCORRIDO NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Em 25 de Junho de 2014, foi celebrado um contrato promessa de doação de um prédio urbano sito em S. Domingos, freguesia de Meimão, Concelho de Penamacor, Distrito de Castelo Branco. Com este contrato promessa o Doutor Artur Rito Pereira sustentaria a possibilidade de, juntamente com a alienação celebrada em 25 de julho de 2014, adquirir, por cessão de quotas (permuta para efeitos fiscais) uma participação que a Associação Paz e Bem detinha na Doce Viver.

Por escritura pública de 25 de Julho de 2014, celebrada no cartório notarial de Luís Alvim Pinheiro Belchior, a Associação Paz e Bem, alienou por € 3.000 a posição que detinha na empresa Doce Viver, Lda. e que foi adquirida pelo montante de € 488.700, tendo levado ao registo de uma perda escriturada em "Ganhos e perdas imputadas a subsidiárias" no montante de € 485.700, tendo o valor em questão concorrido para o apuramento do resultado do exercício, no caso para o apuramento do prejuízo fiscal.

Os negócios supracitados foram celebrados com o intuito de no futuro sustentarem a aquisição por doação do prédio supra identificado, pelo valor de 491.420,00 conforme avaliação em anexo feita por entidade devidamente credenciada.

Mais salientamos que, tendo em conta o objecto da entidade, esta operação não se enquadra na mesma, pelo que, se a Associação Cristã Paz e Bem estiver numa situação de lucro tributável, não poderia beneficiar do regime de isenção que lhe é aplicável, no que respeita ao pagamento do IRC, uma vez que esta operação não se adequa aos fins prosseguidos pela mesma.

Assim, e dando cumprimento ao que *infra* se informa, no dia 9-11-2016, em Cascais, no Cartório Notarial do Dr. Luís Alvim Pinheiro Belchior, foi celebrada a escritura pública de doação a favor da Associação Cristã Paz e Bem – Obra Social Padre José Miguel, e escriturada no património da Associação no mês de novembro de 2016, passando a referida escritura a fazer parte integrante do presente anexo.

Soito, 16 de março de 2018

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luis Antunes Martins  
Membro da OCC - Cédula Profissional nº 781